

A educação e a formação no pensamento e na práxis de libertação nacional de Amílcar Cabral

Uma leitura cruzada com o testemunho de Paulo Freire

(Palestra proferida na Universidade Federal do Pará,
no âmbito de uma colaboração académica com a Casa Brasil-África)

Belém do Pará, 6 de Outubro de 2015

Ph.D. Bartolomeu Lopes Varela

Universidade de Cabo Verde

“Sou um simples africano que quis saldar sua dívida para com o seu povo e viver sua época”

Amílcar Cabral





- “... eu jurei a mim mesmo, nunca ninguém me mobilizou, trabalhar para o meu povo, eu jurei a mim mesmo, que tenho que dar a minha vida, toda a minha energia, toda a minha coragem, toda a capacidade que posso ter como Homem, até ao dia em que morrer, ao serviço do meu povo, na Guiné e Cabo Verde. Ao serviço da causa da humanidade, para dar a minha contribuição, na medida do possível, para a vida do Homem se tornar melhor no mundo. Este é o meu trabalho” (Amílcar Cabral)



“O maior é Cabral”! – diz Néelson Mandela

- No seu livro de memórias, “A Ponta da Navalha”, o jornalista francês Gérard Chaliand, que acompanhou e divulgou a Luta de Libertação na Guiné-Bissau, conta que quando disseram a Nelson Mandela “tu és o maior”, Mandela replicou com toda a simplicidade: “não, o maior é Cabral”.

“Um homem de diálogo” – diz Manuel Alegre

- “Foi um homem que sempre procurou negociar, foi um chefe de guerra mas nunca gostou da guerra e esteve quase a consegui-lo antes de ser assassinado e sempre foi um homem que disse que o inimigo não era o povo português que o povo português era aliado principal do povo da Guiné e de Cabo Verde. Dizia que a luta de libertação é um acto de cultura e dizia esta coisa curiosa: na luta anticolonialista o colonizado liberta o colonizador. Isto não foi apenas uma frase porque na verdade teve consequências para a própria luta pela liberdade em Portugal. Muitos dos dirigentes que fizeram a nossa Revolução dos Cravos, muitos dos militares que depois formaram o Movimento das Forças Armadas estiveram na Guiné e lutaram contra o PAIGC e acabariam por assimilar os princípios teórico-políticos de Cabral”.

In <http://www.dw.com/pt/quarenta-anos-após-a-morte-de-amílcar-cabral-o-que-resta-do-seu-sonho-africano/a-16803396>

Resumo

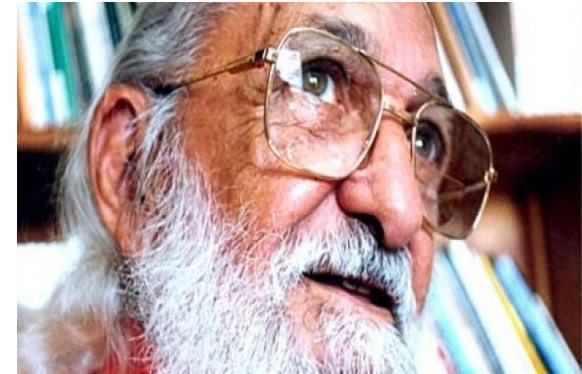
- Para Amílcar Cabral, a libertação nacional é um processo de grande alcance estratégico, posto que ultrapassa os marcos da conquista formal da Independência, implicando a remoção de todos os obstáculos ao livre desenvolvimento das forças produtivas e de todas as formas de subjugação da pessoa humana, sendo, por isso, indissociável da luta contra a ignorância e pela promoção do conhecimento e da cultura.
- Como manifestação genuína da cultura e como ato de cultura, a luta de libertação nacional não só se fundamenta e se inspira na cultura como influencia esta última (Cabral, 1972). Por outro lado, a cultura da libertação nacional fundamenta a concepção e a práxis da Democracia, posto que essa luta visa, em última instância, a construção de uma sociedade nova, livre e de progresso, em que o poder esteja nas mãos e ao serviço do povo.

- Para ser vitoriosa, a gesta libertadora exige, pois, a par do recurso ao “poder das armas”, que se mostrou inevitável para fazer face à repressão colonial, a utilização da “arma da teoria” ou do conhecimento: um conhecimento que deve ser mobilizado para a transformação profunda da sociedade, ao serviço ou a bem desta.
- No contexto da libertação nacional, Cabral não só delineia como enceta a implementação das bases de um novo paradigma educacional que, pelo seu carácter emancipatório, humanista e progressista, contraria os pressupostos do ensino colonial e, no essencial, mantém toda a sua atualidade.
- Nos conturbados tempos de hoje, a obsessão pelo mercado continua a ser tendência dominante na referencialização das políticas educativas e das prescrições curriculares à escala global, não obstante as evidências de que a atual crise internacional é largamente tributária do falhanço das políticas ultraliberais de crença cega nas alegadas virtudes da desregulação da economia

- No atual contexto, em que a globalização hegemónica preconiza e impõe processos de ampla convergência e uniformização da educação e do currículo, na base da ideia de que “tudo se torna igual, independentemente dos contextos nacionais” (Pacheco, 2011, p. 15), subvalorizando-se quer a natureza emancipadora da educação quer a sua função de promoção da diversidade cultural e identitária dos povos, afigura-se oportuno invocar, sem cair no “culto da personalidade”, o contributo de homens que, como Amílcar Cabral, Paulo Freire e outros pugnaram por uma sociedade assente no ideário da liberdade e da dignidade da pessoa humana, do progresso solidário e da justiça social, para cuja construção concorrem, de forma decisiva, a educação e a formação.
- Nesta palestra, seguimos, de perto, em vários pontos, um artigo científico que publicámos na revista Desafios, nº 1, da Cátedra Amílcar Cabral, em 2013, e nalgumas das nossas páginas Web, sob o título “A educação, o conhecimento e a cultura na práxis de libertação nacional de Amílcar Cabral” .

1- Da pedagogia da revolução à aposta na educação e na formação

- Amílcar Cabral, filho de cabo-verdianos e nascido na então Guiné Portuguesa, a 12 de Setembro de 1924, fundador do PAIGC e principal “arquiteto” da independência da Guiné-Bissau e de Cabo Verde e um dos mais prestigiados dirigentes da gesta libertadora em África, era agrónomo de formação e não especialista das ciências da educação.
- Porém, pelo modo peculiar como concebeu e empreendeu a luta de libertação nacional, não só se tornou num “pedagogo da revolução”, que “encarnou perfeitamente o sonho de libertação de seu povo e os procedimentos políticos pedagógicos para a realização desse sonho” (Freire, 2008, p.5), como encontrou na educação uma das “armas” mais poderosas para conseguir esse objetivo.



- Com efeito, Cabral sempre se apercebeu de que a educação era uma **garantia do sucesso da própria luta de libertação nacional**, razão porque não só promoveu a formação militar, académica e cultural de quadros, no estrangeiro e no terreno da luta, ministrando, ele próprio, vários seminários de quadros, de que temos eco através de diversos textos de sua autoria, como empreendeu uma importante atividade de educação das crianças que, com as suas famílias, iam sendo retiradas do jugo colonial na Guiné-Bissau, sendo disso exemplo a criação da Escola-piloto, em Dezembro de 1964, no bairro de Ratoma, nos subúrbios de Conakry, que funcionava em regime de internato, tendo por diretora Lílca Cabral à qual se seguiriam, mais tarde, várias escolas nas regiões libertadas, conforme nos dá conta Luís Cabral, irmão de Amílcar, na sua “Crónica da Libertação” (1984).

Escola-Piloto, uma das grandes decisões!

Vejamos o testemunho da primeira diretora da Escola-Piloto, Lilica Boal

- *A Escola-Piloto foi criada depois do Congresso de Cassacá [em 1964].*
- *(...) Uma das grandes decisões desse congresso foi realmente a criação de uma escola que pudesse receber os órfãos de guerra e os filhos dos combatentes com o objetivo de dar uma formação já virada para a criação do tal "homem novo" de que falava Amílcar Cabral.*
- *(...) Ensinávamos Português e depois introduzimos também o Francês e o Inglês. Iamos até à sexta classe, mas os alunos mais avançados tiveram realmente muitas facilidades quando foram estudar para o estrangeiro. Porque nós conseguimos bolsas para a formação deles a partir da sexta classe. Mandámos alunos para Cuba, para a então União Soviética, para a Alemanha Democrática, para a Checoslováquia. E dávamos também História, a nossa História. Os manuais que nós elaborávamos eram virados para a Geografia e a História da Guiné e Cabo Verde.*
- *(...) Ele dizia-me mesmo: "Se eu pudesse, fazia uma luta só com livros, sem armas." Era a melhor maneira de preparar os quadros para o futuro. E, dentro da escola, havia realmente uma relação estreita entre professores e alunos, de respeito mútuo. Isso continuou até hoje. Quando encontro um antigo aluno da Escola-Piloto é sempre um momento gratificante".*

In: <http://www.dw.com/pt/lilica-boal-a-eterna-diretora-da-escola-piloto-do-paigc/a-17678843>



Alunos da Escola Piloto e sua diretora, discursando perante uma delegação soviética em visita à Escola, em 1965





- Paulo Freire, referindo-se a uma destas facetas do labor pedagógico de Cabral, dizia: “os seus textos na sua maioria são resultados exatamente de extraordinários seminários, muitos dos quais feitos em plena selva, como avaliação do processo de luta, de luta armada etc.” (Freire (*Ibid.* p. 7)
- O próprio Amílcar refere-se a uma das suas primeiras iniciativas de formação dos militantes que foi a criação, em Conackry, em 1960, ainda que em “condições miseráveis”, de “uma escola política” para onde foram enviados, em primeiro lugar, os militantes das cidades, mas depois os camponeses e os jovens mobilizados, aos quais era ministrada uma “formação intensiva, durante um ou dois meses, “para os preparar politicamente e para que fossem treinados e soubessem mobilizar o povo para a luta” (Cabral, 1974a, pp. 87-88).

- Em relação à estratégia e à práxis de formação de Cabral, vale a pena transcrever aqui alguns excertos do já citado trabalho de Paulo Freire, que viria a ser publicado postumamente sob o título “Amílcar Cabral, pedagogo da revolução”, o mesmo que o pedagogo brasileiro havia escolhido para um projeto de obra sobre a “biografia da práxis de Cabral”, mas que não chegou a levar a efeito por ter perdido uma dezena de cassetes com entrevistas a vários guineenses e cabo-verdianos que lidaram de perto com o fundador do PAIGC (Freire, *Ibid.* p. 3). No extrato da palestra, que se segue, Paulo Freire dá conta de um dos testemunhos que pôde preservar. Vejamos:

- “Amílcar conversava, avaliava o processo de luta, e em certo momento disse: “Eu preciso retirar duzentos de vocês da frente da luta, para mandar para outra frente de luta. Eu preciso de duzentos de vocês para mandar para Conacri, para Instituto de Capacitação, para capacitar os duzentos e depois trazê-los para o interior do país para as zonas libertadas, no sentido de trabalhar como professores”.
- E aí o jovem olha para mim e diz, vejam como é um raciocínio assim muito imediato. Muito parecido com milhares de raciocínios nossos no Brasil e na América Latina. Disse: “Como é que eu, que estava com um fuzil na mão, vendo o meu companheiro cair morto junto de mim, os tucas matando a gente, como é que eu podia naquela hora pensar que pudesse haver a possibilidade de duzentos de nós saírem da frente de luta para ir estudar. Então a minha reação foi a seguinte: Mas, camarada Amílcar, esse negócio de educação fica para depois.
- Você veja que essa reflexão é extraordinariamente igual à de milhares de nós aqui na América Latina, para não falar só no Brasil. “– Então camarada Cabral, esse negócio de educação, fica pra quando a gente botar os tucas para fora, aí agente pensa na educação, e aí a gente se forma, se capacita. Eu pensava que o camarada Cabral ia trazer para cá mais duzentos guerrilheiros, e não tirar duzentos de cá”. E Cabral vai e diz a ele: “E por que você acha que não está certo isso?” E o moço diz: “Porque a gente não pode perder essa guerra”. Cabral então diz: “Mas é exatamente para não perder a guerra, que eu preciso de duzentos de vocês”. Isso é um diálogo lindo. Isso é um negócio, para mim, extraordinário! E o moço continuava sem acreditar e sem entender, sobretudo. (Freire, *Ibid.*, p. 8)



- No seguinte extrato da sua palestra, Paulo Freire retoma o testemunho desse entrevistado sobre a estratégia de formação concebida por Cabral:
- “... E aí dizia Amílcar: “– E o que acontece é que daqui a cinco anos por aí, seis, quando essa geração que está aí juvenzinha, chegar ao momento da luta definitiva, vai precisar de instrumentos de guerra, que não são os que vocês estão usando, mas instrumentos de guerra que vão exigir conhecimento matemático que vocês não tiveram e nem têm, são acontecimentos científicos de que a geração outra vai precisar.
- Aí disse ele: “- E o que nós precisamos no momento é exatamente levar duzentos de vocês, para serem formados no sentido de voltar a formar cá”. O moço me olha e me diz: “- Camarada Paulo, eu fui então para Conacri. Confesso ao senhor que eu fui sem entender muito, mas fui. Estudei, capacitei-me e voltei. Formei quadros aqui que eram realmente os quadros da geração que tinha que ganhar, e vi alunos que estudaram comigo derrubando aviões tugas, com foguetes, esses foguetes soviéticos”. Parou, olhou para mim e disse:
- “Camarada Paulo Freire, foi por isso que no começo eu disse ao senhor que eu sou capaz de pensar seiscentos metros em torno de mim, e que o camarada Cabral pensava seis anos na frente dele” (Freire, *Ibid.*, pág.10).

2. A ligação da teoria à prática como pressuposto da transformação da realidade



- Partindo de uma concepção de libertação nacional que não se limitava à conquista da Independência, com o içar da bandeira nacional, mas implica a plena emancipação do homem e, designadamente, a “libertação das forças produtivas humanas e materiais da nossa terra, no sentido delas se poderem desenvolver plenamente de acordo com as condições históricas que a gente está vivendo hoje em dia” (Cabral, 1974a, p. 111), Amílcar Cabral patenteia o **contributo decisivo da “arma da teoria”, isto é, do conhecimento científico, para o sucesso das revoluções de libertação nacional**, lembrando que:
 - *“Se é verdade que uma revolução pode falhar mesmo alimentada por teorias perfeitamente concebidas, ainda ninguém realizou uma revolução vitoriosa sem teoria revolucionária” (Cabral, 1974a, p. 41).*

- A ligação teoria-prática em Amílcar Cabral evidencia-se na sua própria atuação como líder, que aliava o discurso esclarecido ao imperativo de o levar à prática, exortando, do mesmo passo, cada combatente no sentido de “**pensar para agir e agir para melhor pensar**” (Cabral, 1974b, p. 15).
- Dele dizia Paulo Freire, referindo-se à iniciativa de levar os quadros combatentes para os seminários: “no fundo, Amílcar foi um extraordinário teórico, por isso foi um excelente prático, praticista” (Freire, *Ibid.*, pág. 8).



- Uma das principais fraquezas que Cabral procurava desvanecer no pensamento e na ação dos combatentes tinha a ver, precisamente, com a dificuldade de aliar a tomada das decisões à ação concreta para a sua operacionalização, o que ficava a dever-se à “**interpretação mágica da realidade**”, fenómeno que explicava nestes termos:
- *“Se nos sentarmos e discutirmos muito bem um assunto, em que todos estão de acordo, pensamos que a coisa já está feita, ficamos contentes e se for preciso até fazemos uma festa, porque a discussão foi muito boa. Mas acaba a discussão, cada um sai satisfeito da vida, porque vai fazer um bom trabalho, mas não trata de fazê-lo porque está-lhe já feito na cabeça” (Cabral, 1974b, p. 206).*

- Por outro lado, a relevância do conhecimento científico da realidade política, económica, social e cultural, como pressuposto da sua transformação, foi salientada por Cabral, ao observar que “a nossa própria realidade não pode ser transformada a não ser pelo seu conhecimento concreto” (Cabral, 1974a, p. 39).
- Com efeito, *a libertação nacional e a revolução social “não são mercadorias de exportação”,* mas “produto duma elaboração local, nacional, mais ou menos influenciadas por fatores externos favoráveis e desfavoráveis, mas essencialmente determinadas e condicionadas pela realidade histórica de cada povo” (*Ibid.* p. 39). Fica, deste modo, evidente que, para Cabral, a *produção autóctone do conhecimento, através da investigação,* era de grande relevância para o sucesso da gesta libertadora.

- De resto, o próprio Cabral só desencadeou a luta armada de libertação na Guiné depois de ter realizado, enquanto agrônomo, o “**Recenseamento Agrícola da Guiné**” (Cabral, 1956), que lhe permitiu “conhecer mais de perto as populações e os seus problemas” (Pereira, 2002, p. 83), munindo-se, assim, de um referencial de conhecimento científico que viria a mostrar-se fundamental para o trabalho de “mobilização urbana que se lhe seguiu” (*Ibid.*, p. 83) e, em geral, para a liderança de todo o processo libertador.
- Fazendo jus à importância que atribuía ao conhecimento no processo de libertação nacional, Cabral instava os responsáveis a dedicarem-se seriamente ao estudo e a “melhorar dia a dia os seus conhecimentos, a sua cultura e a sua formação política”, lembrando que “*ninguém pode saber sem aprender*” e que “*a pessoa mais ignorante é aquela que sabe sem ter aprendido*” (Cabral, 1974b, p. 52).

Por uma aprendizagem social, multifacetada e permanente



- A **conceção multifacetada de aprendizagem** defendida por Cabral, há cerca de quatro décadas, mantém a sua atualidade, ao pôr em relevo o imperativo de aliar o conhecimento experiencial, a aprendizagem social, o saber científico e a aprendizagem ao longo da vida. Formulou esta conceção em termos simples, como era, de resto, o estilo discursivo de Cabral, de modo a fazer-se compreender pelos combatentes:
- *“Aprender na vida, aprender junto do nosso povo, aprender nos livros e nas experiências dos outros. Aprender sempre”.* (Ibid., p. 52).

- A ideia cabralista de “**aprender sempre**” corresponde ao *slogan*, muito em voga, hoje em dia, nos discursos educacionais, de “**aprendizagem ao longo da vida**”, entendida como “toda a atividade de aprendizagem em qualquer momento da vida, com o objetivo de melhorar os conhecimentos, as aptidões e competências, no quadro de uma perspetiva pessoal, cívica, social e/ou relacionada com o emprego”.
- Não sendo esta uma conceção nova, as proposições de aprendizagem ao longo da vida, como bem salienta Kallen (1996), estiveram longe de ser bem sucedidas, facto que, na nossa perspetiva, tem muito a ver com as tergiversações que, amiúde, acompanham a utilização desta expressão, que tanto serve para fundamentar o *empowerment* das pessoas através de uma proposta de educação emancipadora, que as prepare para enfrentar os desafios da vida política, cultural, económica, social e profissional, como para o afunilamento do ato educativo na perspetiva redutora da inserção e adaptação no mercado de trabalho.

- Ao longo dos textos de Cabral, não só perpassa a ideia de que a luta para a independência e o progresso só pode ter sucesso mediante a aposta na educação e na aprendizagem como se evidencia uma práxis consequente. Assim, Amílcar Cabral procurava criar condições para que a cultura e o saber fossem acessíveis a todos, nomeadamente através do cultivo da leitura:
- *“Criar, a pouco e pouco, bibliotecas simples nas zonas e regiões libertadas, emprestar aos outros os livros de que dispomos, ajudar os outros a aprender a ler um livro, o jornal e a compreender aquilo que se lê (...) Levar os que lêem a discutir e a dar opinião sobre o que leram”* (Cabral, 1974b, p. 53).
- Como se sabe, esta é, atualmente, uma das medidas de política educativa e cultural que visam a promoção do *alfabetismo funcional*, entendido como “a capacidade de utilizar a leitura e a escrita para fins pragmáticos, em contextos quotidianos, domésticos ou de trabalho, muitas vezes colocado em contraposição a uma conceção mais tradicional e académica, fortemente referida a práticas de leitura com fins estéticos e à erudição (Ribeiro, 1997, p. 145), em contraponto com o chamado *analfabetismo funcional*, que, *a contrario sensu*, ocorre quando não se verifica a “adequação dos currículos escolares com relação às demandas da sociedade” (*Ibid.* p.146)

- Cabe lembrar, a propósito do analfabetismo funcional, uma experiência feita por Cabral, em 1949, quando, ainda estudante de agronomia, foi gozar as férias em Cabo Verde: em algumas localidades, dava-se a ler o jornal a indivíduos que haviam feito o 2º grau (antigo 4º ano de escolaridade), há 4 ou 5 anos, e o resultado era que “não sabiam ler nada, porque leem, mas não sabem o que estão a ler”, pelo que os considerava “analfabetos que conheciam as letras”, remarcando, todavia, que isso não acontecia apenas ali, pois “há muita gente assim e até, às vezes, doutores” (Cabral, 1974b, p. 116).

3. A práxis educativa: do discurso aos atos, por uma nova e uma melhor educação

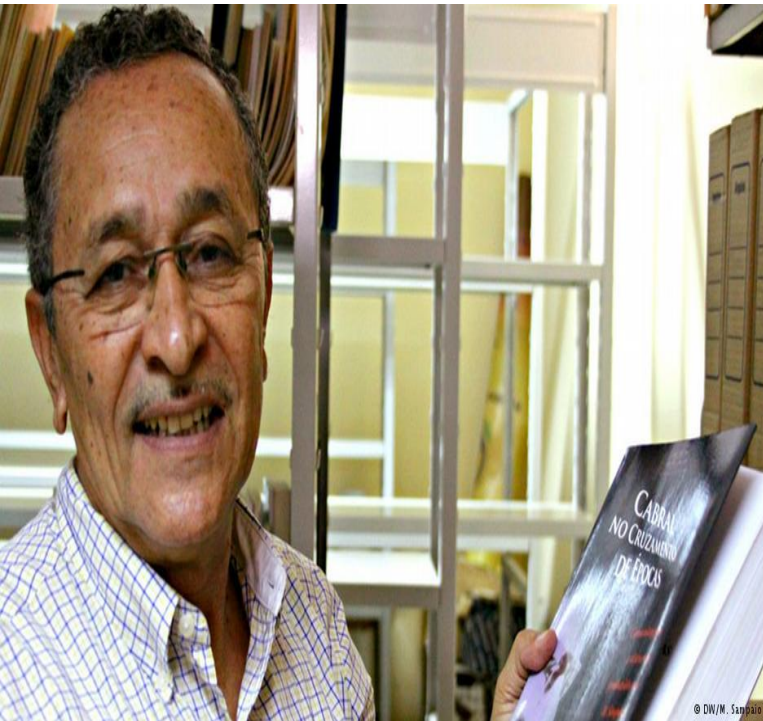


O Amílcar apresentando o seu relatório à 4.ª Comissão da Assembleia Geral das Nações Unidas, em Outubro de 1972. À sua esquerda, o dirigente moçambicano Marcelino dos Santos e à direita Gil Fernandes, representante do Partido no Cairo e membro do Conselho Superior da Luta do PAIGC

- Procurando aliar o discurso político à prática, Cabral e os seus companheiros de luta tratam de **edificar uma vida nova nas regiões libertadas**, em diversos domínios, de entre os quais se destaca a educação, que contribuía, assim, para o **surgimento de um homem novo e uma mulher nova na Guiné-Bissau** (Cabral, 1969, p. 31).
- E é assim que, em Outubro de 1972, quando fazia o balanço da luta da independência perante a IV Comissão da XXVII Assembleia Geral das Nações Unidas, numa das últimas intervenções que precederam o seu assassinato, em 20 de Janeiro de 1973, Cabral não deixa de exprimir o seu orgulho pelos resultados da luta, destacando, de entre outros:

- o desabrochar das escolas, “que funcionam em pleno dia apesar dos bombardeamentos”;
- os “milhares de adultos alfabetizados”; os “497 quadros superiores, médios e profissionais” formados durante a luta;
- o facto de, nessa altura, “495 rapazes e raparigas frequentarem escolas superiores, médias e profissionais em países da Europa, enquanto 15.000 crianças escolarizadas frequentam 156 escolas primárias e 5 escolas secundárias (...), onde o ensino lhes é ministrado por 251 professores e professoras” (Cabral, 1974a, p. 151).

- Conforme o Relatório “A Educação na Guiné-Bissau”, de 1977, citado por Chabal (2002, p. 115), em apenas 10 anos, o PAIGC formou mais quadros que o governo colonial português em 5 séculos. Com efeito, até 1961 apenas 14 guineenses puderam ter curso superior e só 11 conseguiram o ensino técnico. Em contraste, de 1963 a 1973, o PAIGC formou 36 guineenses com cursos superiores, 46 com cursos técnicos de nível médio, 241 com cursos profissionalizantes e de especialização e 174 quadros políticos e sindicais.



- Na verdade, uma das facetas mais emblemáticas da obra de Cabral tem a ver com a assunção consequente da pedagogia da revolução, mediante a passagem do discurso para a prática, mesmo nas regiões libertadas. Como testemunha Carlos Reis, que foi o primeiro Ministro da Educação do Estado Independente de Cabo Verde:
- *As zonas libertadas, do ponto de vista conceptual, são uma espécie de contribuição teórica de alguém que pensou o movimento de libertação nacional e que tentou demonstrar e ensinar que não se bate pela independência apenas para se ter ministros, uma bandeira ou um hino nacional. Como o próprio Cabral dizia, as independências só têm razão de ser se servirem para a melhoria das condições de vida das pessoas.*

<http://www.dw.com/pt/a-independência-é-um-património-de-todos-lembra-carlos-reis/a-17759483>

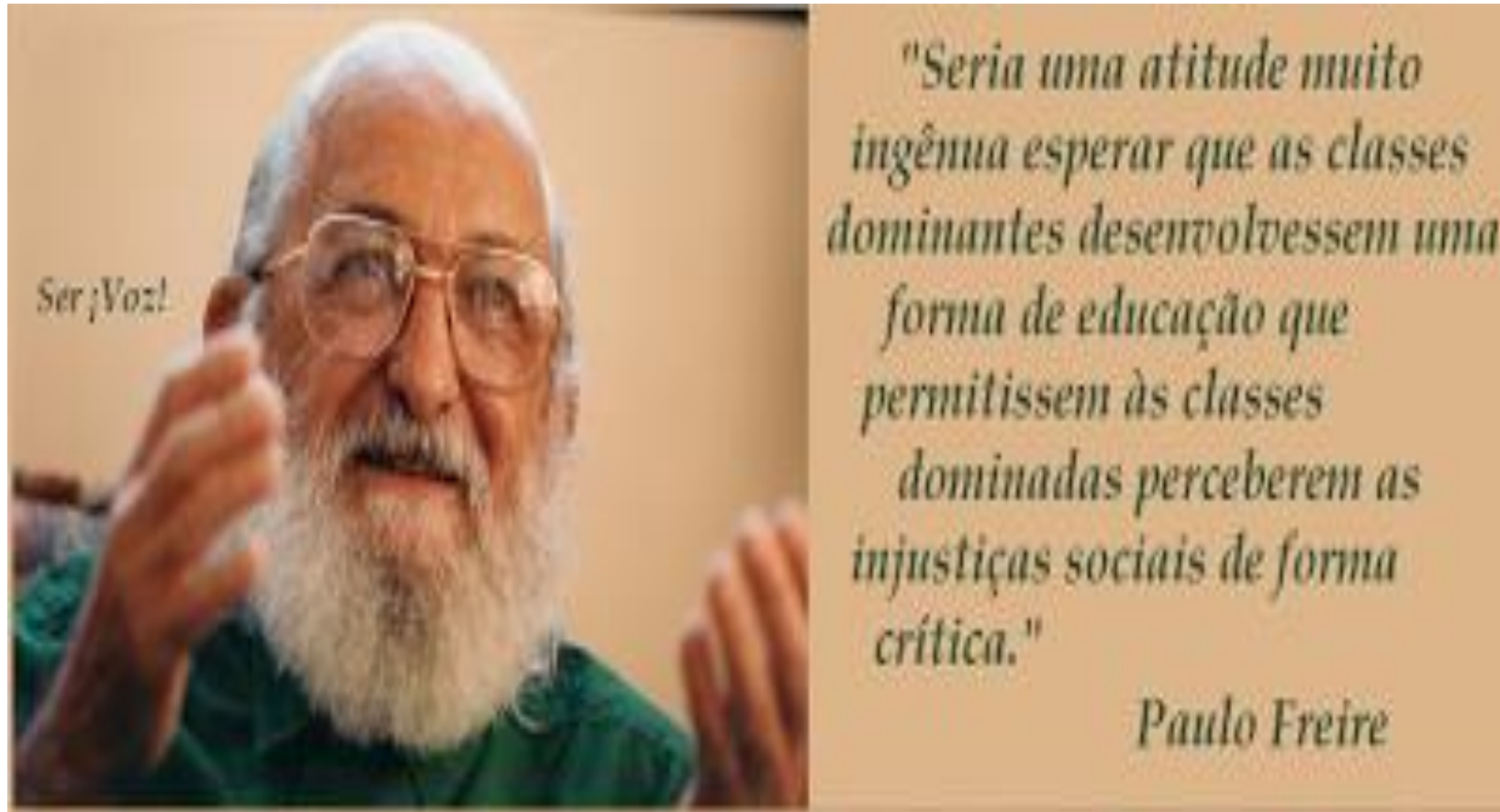
- Mas, para Cabral, é evidente que a obra educativa não deve ser avaliada apenas em termos estatísticos. Tal é o que se pode descortinar nas “palavras de ordem” dirigidas aos quadros e combatentes, mormente quando chama a atenção para a necessidade de melhorar o conhecimento, através da educação e da formação, preconizando um conjunto de medidas de política que, além da criação de escolas e cursos de alfabetização e da formação de quadros, incluíam a **promoção da qualidade do ensino**, assim como a valorização da cultura e das manifestações culturais.

- Assim, a diretiva de “melhorar o trabalho nas escolas” é acompanhada de recomendações no sentido de: “evitar um número elevado de alunos”, suscetível de prejudicar o seu aproveitamento escolar; criar escolas de acordo com as “possibilidades reais” existentes, para que não se tenha de fechá-las posteriormente; “controlar frequentemente o trabalho dos professores e os métodos que empregam”; desencorajar a aplicação dos “castigos corporais” aos alunos; “cumprir rigorosamente os programas” de ensino; “criar cursos especiais para a formação e aperfeiçoamento de professores”; aplicar sanções a “todos os professores que não cumprem os seus deveres” (Cabral, 1974b, pp. 49-50).



- Uma educação emancipadora e portadora do progresso, que incorpore criticamente o que há de melhor no mundo e promova, também de forma consequente, a idiossincrasia e a cultura nacionais – eis em suma o que se evidencia claramente quando se estuda o pensamento e a práxis de libertação nacional de Amílcar Cabral.
- Mas esse tipo de educação implica a rutura com o paradigma educacional dominante, que tende a reproduzir-se nos tempos atuais.
- Ao ilustrar o porquê dessa rutura com a educação colonial, um dos discípulos de Cabral, o então Primeiro Ministro **Pedro Pires**, dizia, em 1977, dois anos após a *Independência de Cabo Verde*:
- *“...Pelo ensino então ministrado não conhecíamos a nossa terra mas conhecíamos bem Portugal não conhecíamos o nosso continente, mas conhecíamos bem o continente europeu e eu até hoje me lembro bastante bem dos rios, dos caminhos de ferro de Portugal, Europa, etc. Mas quanto a Cabo Verde pouco conhecia da nossa realidade e mal conhecíamos as povoações mais importantes desta ou daquela ilha” ...Éramos formados para servir mais fora de Cabo Verde do que servir em Cabo Verde e servir Cabo Verde...” (Pires, 1977: 15)*

Esta visão cabralista de educação emancipadora coincide com o pensamento largamente desenvolvido por Paulo Freire, que advertia:



- Ciente do papel das famílias na educação, o líder instava à colaboração dos pais, sem deixar de reconhecer que as crianças escolarizadas devem ajudar às suas famílias, numa postura de responsabilização dos alunos que, obviamente, nada tem a ver com a exploração do trabalho infantil:
- “Convencer os pais da necessidade absoluta de os seus filhos e filhas frequentarem as escolas, mas organizar a atividade dos alunos de maneira a também serem úteis nas suas casas, a ajudarem a família”.
- A estratégia de alfabetização de adultos concebida por Cabral deveria ser implementada mediante a criação de uma ampla rede colaborativa, tal como se pode extrair da “palavra de ordem” de que “**todos os que sabem (ler) devem ensinar aos que não sabem**” (Cabral, 1974b, *ibid.*, p. 50),
- No entanto, ciente de que o iletrado não é necessariamente ignorante, apelava os quadros no sentido de *aprenderem com as experiências dos outros* e de *aprenderem junto do povo*.
- O pensamento de Cabral vai pois na linha de Paulo Freire: “**Ninguém ignora tudo. Ninguém sabe tudo. Todos nós sabemos alguma coisa. Todos nós ignoramos alguma coisa. Por isso aprendemos sempre.**”

- De resto, a ação educativa, em particular, a atividade do ensino, não constitui tarefa ou obrigação exclusiva do professor. “**Não devemos deixar o trabalho de ensinar só aos professores**”- dizia Cabral, apelando no sentido de se fazer de “cada conversa de um camarada (...), seja de que nível for (...), “um estudo, uma lição” (Cabral, 1974b., p. 212).
- Ciente da importância da **formação no estrangeiro**, no âmbito da batalha “para garantir os quadros necessários para o desenvolvimento”, Cabral alertava, entretanto, para “a mania de deixar o país para ir estudar” e “a ambição cega de ser doutor”, assim como para “o complexo de inferioridade e a ideia errada de que os que estudam e tiram cursos terão privilégios”, reprovando, do mesmo passo, a “má vontade” de responsáveis “contra os que estudam ou desejam estudar” (*Ibid.*, p. 51) ”.



- Insistindo na necessidade de “*evitar o complexo de superioridade da parte dos que sabem alguma coisa e o complexo de inferioridade da parte dos não sabem*”, Cabral salientava, em particular, que “*uma pessoa que é capaz de ensinar não deve afastar-se de ninguém, quanto mais agora do nosso povo*” (*Ibid.*, p. 212).
- Se Amílcar Cabral recomendava o estreitamento da ligação dos quadros com o povo, “o pedagogo da revolução” alertava, no entanto, para **duas tendências negativas**: a daquele que vai estudar e, ao regressar, “confunde-se tanto com a nossa gente que só faz os erros próprios da nossa gente” e a de outros que “vêm, engenheiros formados, e querem logo ser dirigentes” (Cabral, 1974b, pp. 212). Posicionando-se contra estes dois extremos, diz Cabral: “o que nós queremos é que aqueles que foram estudar, que adquiriram mais conhecimentos (...), respeitem os nossos dirigentes” (*Ibid.*, p. 212) e, caso constatarem alguma deficiência, ajudem “a levantar cada vez mais, a melhorar o nível das nossas coisas” *Ibid.*, p. 213).

4. A educação, o humanismo e a igualdade dos géneros

- O carácter humanista da visão de educação em Amílcar Cabral está bem patente na atenção especial que, segundo ele, deve ser dada, nomeadamente, às crianças e às mulheres. Referindo-se às primeiras, defendia, nas suas “palavras de ordem”, que se deve “dar atenção especial à vida das crianças, desenvolver a sua personalidade e protegê-las contra os abusos, mesmo da parte dos pais e parentes” (Cabral, 1974b, p. 51).
- Com efeito, dizia ainda Cabral:
 - *“Não queremos na nossa terra amanhã (...) que os filhos tenham medo dos pais, não, eles devem ter respeito, não medo. Não queremos mais na nossa terra que se amarrem as crianças para lhes baterem. (...) que se amarre ninguém para lhe bater” (Ibid., p 139).*
 - *“O mais maravilhoso, o mais delicado que há no mundo, são as crianças. Às crianças devemos dar o melhor que temos. Devemos educá-las para se levantarem com o espírito aberto, para entenderem as coisas, para serem boas, boas, para evitarem toda a espécie de maldade. Portanto nunca devemos fazer-lhes mal algum ... (Ibid., p. 189).*





- "As crianças são a razão da nossa luta e as flores da nossa revolução", costumava dizer Cabral. "E isso que ele dizia traduzia-se na maneira como éramos tratados, naquelas circunstâncias, com todo o cuidado que se deve ter com uma flor," diz Teresa Araújo. "Apesar das dificuldades, daquele ambiente pesado da guerra, nós éramos sempre poupados. Com a sua presença permanente, ele fazia tudo para minimizar o nosso sofrimento".
- O percurso de Teresa Araújo é semelhante ao de muitos filhos de combatentes da luta pela independência.

In: <http://www.publico.pt/mundo/jornal/amilcar-cabral-uma-pessoa-assim-so-vai-surgir-daqui-a-cem-anos-197363>

- Não é de estranhar, pois, a indignação que se descortina na seguinte frase do líder da luta de libertação dos povos guineense e cabo-verdiano: “é medonha a maneira como se bate nas crianças da nossa terra” (*Ibid.*, p. 201).
- Referimo-nos atrás ao facto de Cabral aludir à necessidade de frequência escolar por parte dos “filhos e filhas”, questão da maior relevância, posto que, como se sabe, as crianças do sexo feminino foram, ao longo dos tempos, discriminadas na frequência dos estabelecimentos de ensino e, ainda hoje, a igualdade de acesso à educação por parte das crianças de ambos os sexos é um ainda problema atual, constituindo um dos objetivos do desenvolvimento do milénio, a alcançar até 2015, de acordo com uma Resolução adotada pelas Nações Unidas:
 - *“Velar por que, até esse mesmo ano, as crianças de todo o mundo – rapazes e raparigas – possam concluir um ciclo completo de ensino primário e por que as crianças de ambos os sexos tenham acesso igual a todos os níveis de ensino”* (Nações Unidas, 2000, p. 9).
- O facto de Cabo Verde ter, há vários anos, alcançado e ultrapassado esta meta não deve fazer-nos esquecer que, em vários países, africanos e não só, este objetivo ainda não foi alcançado.



- Em relação às mulheres, que em número significativo participaram, ao lado dos homens, na luta pela Independência, importa realçar, que, nas suas “palavras de ordem”, Cabral não só formula a diretiva de “defender os direitos da mulher, respeitar e fazer respeitar as mulheres”, mas também a necessidade de “convencer as mulheres da nossa terra de que a sua libertação deve ser obra delas mesmas, pelo seu trabalho (...), respeito próprio, personalidade e firmeza diante de tudo quanto possa ser contra a sua dignidade” (Cabral, 1974b, pp. 51-52).

- É de se notar que a postura de defesa intransigente dos **direitos da criança e da mulher por parte de Amílcar Cabral** tem lugar cerca de duas décadas antes de terem sido aprovadas pelas Nações Unidas a “Convenção dos Direitos da Criança” (1989) e a “Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres (1984) e no contexto particular de uma luta armada de libertação nacional, em que a dureza dos sacrifícios e as inevitáveis mortes no campo das batalhas travadas poderiam, eventualmente, tolher a sensibilidade de um dirigente face aos direitos da criança e da mulher.



- Tal posicionamento de Cabral é coerente com a sua visão estratégica da luta de libertação, que deve substituir o poder colonial por um poder de novo tipo, um poder “que vem do povo, da maioria” (Cabral, 1974b, p. 64) e permita a “toda a gente ter possibilidade de avançar, homens ou mulheres” (*Ibid.* p. 142).
- Mesmo nas condições difíceis da luta de libertação nacional, Cabral distanciava-se, assim, das práticas de subjugação da mulher que, ao tempo, eram dominantes, no entendimento de que *não pode haver uma libertação nacional autêntica se as mulheres, parte expressiva da sociedade, continue a ser vítima das relações de dominação e subjugação.*
- Conseqüentemente, o incentivo à educação e à formação das mulheres e à sua participação ativa na libertação e na luta pelo progresso para todos é uma constante no discurso de Cabral

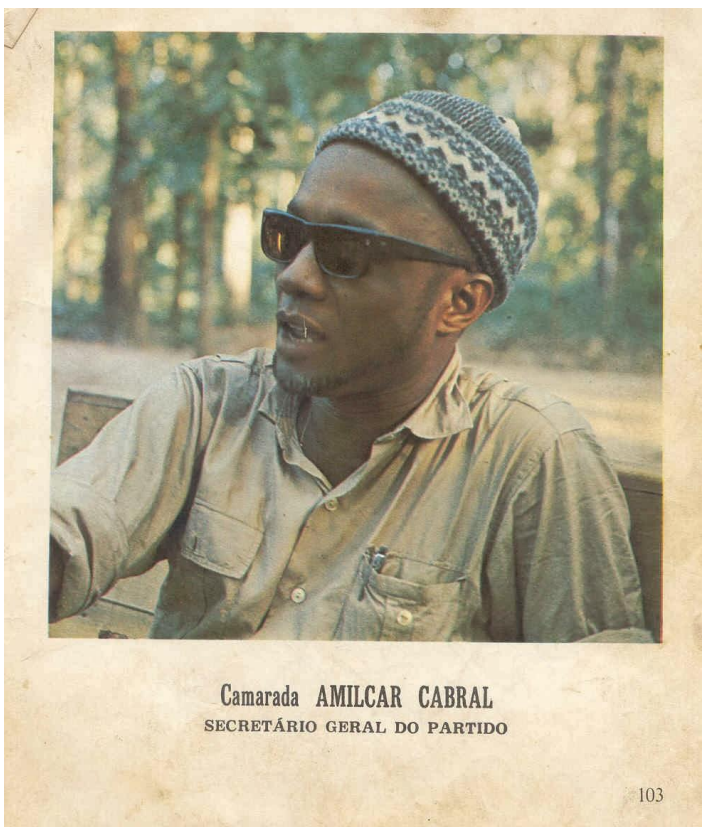
5. A educação, a cultura e as línguas de ensino



- Referindo-se ao ensino colonial, Cabral assinalava alguns dos seus traços característicos, que evidenciavam a necessidade de sua substituição por uma educação de novo tipo:

“Toda a educação portuguesa deprecia a cultura e a civilização do africano. As línguas africanas estão proibidas nas escolas. O homem branco é sempre apresentado como um ser superior e o africano como um inferior. As crianças africanas adquirem um complexo de inferioridade ao entrarem na escola primária. Aprendem a temer o homem branco e a terem vergonha de serem africanos. A geografia, a história e a cultura de África não são mencionadas, ou são adulteradas, e a criança é obrigada a estudar a geografia e a história portuguesa” (Cabral, 1978, p. 64).

- Ora, “uma sociedade que se liberta verdadeiramente do jugo estrangeiro retoma os caminhos ascendentes da sua própria cultura que se alimenta da realidade do meio e *nega tanto as influências nocivas como qualquer espécie de sujeição a culturas estrangeiras*”, razão por que “a luta de libertação nacional é, antes de tudo, um ato de cultura (Cabral, 1975, *apud* Andrade 1984, p. 280).
- Dito de outro modo, “se o domínio imperialista tem como necessidade vital praticar a opressão cultural, *a libertação nacional é, necessariamente, um ato de cultura*” (Cabral, 1999, p. 7). Por seu turno, “ao nível individual e coletivo, *a identidade é (...) expressão da cultura*” (Cabral, 1977, *apud* Andrade, *Ibid.*, p. 284), sem deixar de ser influenciada por outros fatores.



- Se o triunfo da luta exige uma forte aposta na cultura, a pedagogia da cultura é uma das dimensões da práxis de libertação nacional de Amílcar Cabral. Assim, este defende a promoção da cultura, nas suas diversas manifestações, sem deixar, contudo, de advertir que os “usos, costumes e tradições” populares devem ser respeitados “desde que não sejam contra a dignidade humana, contra o respeito que devemos ter para cada homem, mulher ou criança” (Cabral, 1974b, p. 51). Por outro lado, o líder da luta de libertação nacional chama a atenção para a necessidade de se acabar com a atitude de “indiferença da nossa gente em matéria de cultura” (*Ibid.*, p. 217)

- Se a pedagogia da libertação de Cabral repousava, fortemente, na defesa da identidade e da cultura nacional, esta posição não significava desprezar a cultura dos outros, implicando, antes, o seu aproveitamento “em tudo quanto é bom para nós, tudo quanto possa ser adaptado às nossas condições de vida”, pois que “a nossa cultura deve desenvolver-se numa base de ciência, deve ser científica” (Cabral, 1974b, pp. 198-199).
- Assim, Cabral combatia tanto a aceitação acrítica como a negação absoluta de tudo quanto é do estrangeiro, insistindo que “devemos saber, diante das coisas do estrangeiro aceitar aquilo que é aceitável e recusar o que não presta”, o que exige a capacidade “assimilação crítica” (*Ibid.* p. 217).
- “É importante estar consciente do valor das culturas africanas no quadro da civilização universal, mas também comparar este valor com o das outras culturas, não tendo em vista decidir a sua superioridade ou a sua inferioridade, mas para determinar no quadro geral da luta pelo progresso, qual o contributo que a cultura africana já deu e pode dar e quais as contribuições que pode ou deve receber de outras partes” (1976, p. 330).



- A visão de Amílcar Cabral sobre a cultura tende, pois, para a “multiculturalidade” que, na aceção de Paulo Freire (2003, p. 156), “não se constitui na justaposição de culturas”, nem muito menos na sobreposição de uma cultura sobre as outras, mas na “liberdade conquistada” de cada uma delas se mover no respeito pela outra, correndo, livremente, “o risco de ser diferente, sem medo de se se diferente”
- Defensor conseqüente da cultura e da identidade dos povos guineense e cabo-verdiano, Cabral posicionava-se, entretanto, contra qualquer tipo de oportunismo, referindo-se, nomeadamente, aos “camaradas que pensam que, para ensinar na nossa terra, é fundamental ensinar em crioulo já”, ou então “em fula, em mandinga, em balanta” (Cabral, 1974b, p. 213).
- Faço aqui um parêntesis para anotar que, neste ponto, Paulo Freire não terá entendido bem a posição de Cabral, tendo, inclusive, referido, benevolmente, que aqui o líder africano teria “escorregado um pouco”. A nossa ver, este ponto de vista explicar-se-á pelo facto de Freire não ter tido acesso a todo o pronunciamento de Cabral a respeito, posto que este não era contra o ensino das línguas nacionais, mas sim favorável a ensiná-las nas escolas mediante a criação das condições científicas, pedagógicas e logísticas necessárias.

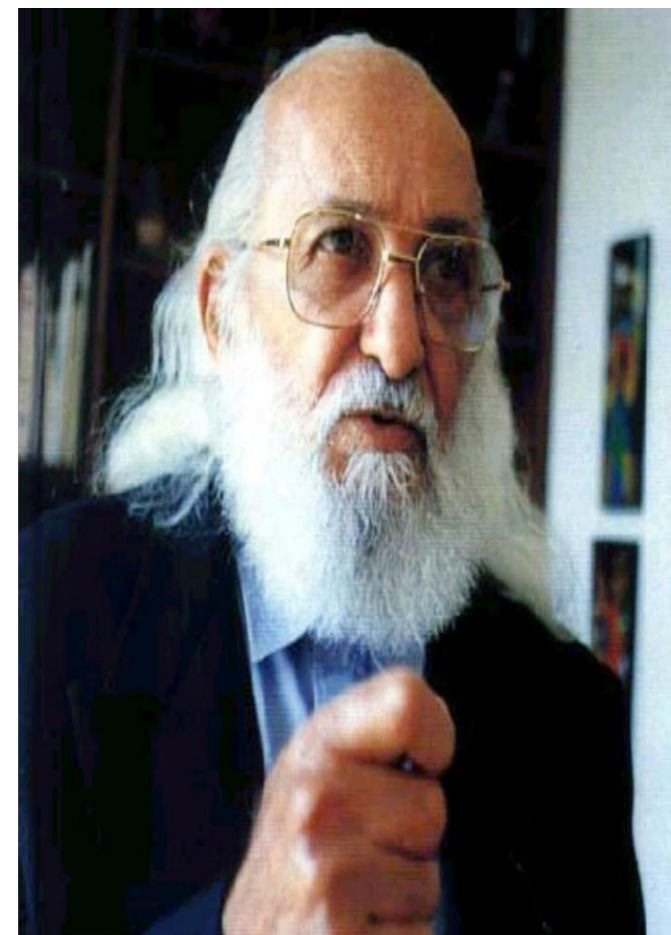
- Com efeito, Cabral era um apologista do ensino das línguas indígenas da Guiné e do crioulo, mas só depois de estas línguas serem bem estudadas. *Antes disso*, dizia, “a nossa língua para escrever é o português” (1974a, p. 213). Apelando ao sentido de realismo, e sem proibir que ninguém escreva em crioulo, sustenta que “o português (língua) é uma das melhores coisas que os tucas nos deixaram” (p. 214) e que, “se queremos levar para a frente o nosso povo, durante muito tempo ainda, para escrevermos, para avançarmos na ciência, a nossa língua tem que ser o português” (*Ibid.*, pp. 215-216), “até um dia em que, tendo estudado profundamente o crioulo, encontrando todas as regras de fonética boas para o crioulo, possamos passar a escrever o crioulo” (*Ibid.*, p. 216).
- Esta prudência de Cabral justificava-se e, em certa medida, ainda se justifica, tendo em conta os numerosos exemplos de conflitos que degeneraram em guerras, golpes de Estado e outras situações de grave instabilidade devido a políticas nacionais que não equacionaram a diversidade de culturas e línguas numa perspectiva de igualdade, de diálogo intercultural e de construção plural da unidade e da idiosincrasia nacionais.

- Cerca de quatro décadas depois da morte de Cabral, constata-se que as palavras de Cabral em matéria de línguas locais e nacionais não deixaram de ser boas conselheiras, designadamente para os governantes cabo-verdianos, que vêm procurando criar as condições necessárias à utilização do crioulo cabo-verdiano como língua oficial e de ensino, sem prejuízo do estatuto da língua portuguesa, cujo ensino deve ser, entretanto, aprimorado mediante a utilização de uma metodologia mais apropriada, em coerência, aliás, com as opções consagradas na artº 9º da Constituição da República:
 - *“1. É língua oficial o Português.*
 - *2. O Estado promove as condições para a oficialização da língua materna cabo-verdiana, em paridade com a língua portuguesa.*
 - *3. Todos os cidadãos nacionais têm o dever de conhecer as línguas oficiais e o direito de usá-las”.*

6. A capacidade comunicativa como grande esteio da pedagogia cabralista



- Qualquer estudioso da obra escrita de Cabral - não tão extensa como poderia ter sido caso a sua vida não tivesse sido ceifada, tão prematuramente, a 20 de Janeiro de 1973 - fica surpreendido com a sua extraordinária capacidade de explicar questões de grande complexidade teórica através de uma linguagem simples e acessível aos combatentes, na sua maioria com baixo nível de instrução, o que faz dele um pedagogo nato.
- Paulo Freire alude a esta capacidade comunicativa, própria de educadores de grande estirpe, com estas palavras:



- “Uma coisa que eu aprendi muito com Cabral, foi como um educador progressista precisa fazer-se simples, sem, porém, jamais virar simplista. Isso me parece fantástico. Pegue os textos de Cabral, e eles são realmente simples, mas não simplistas. Para mim o simplismo, é uma expressão fantástica, contundente do elitismo, é pior até do que o populismo, mas coincide muito com certas vocações populistas. Quer dizer, no fundo o simplismo é autoritário.
- O simplista é aquele que diz: como vou falar a essa gente que não é capaz de me entender. Então ele fala meias verdades, quartos de verdade, não são nem meias verdades, são pitadas de verdades. Uma coisa que eu aprendi muito com Cabral, foi como um educador progressista precisa fazer-se simples, sem, porém, jamais virar simplista. Isso me parece fantástico. Pegue os textos de Cabral, e eles são realmente simples, mas não simplistas. Para mim o simplismo, é uma expressão fantástica, contundente do elitismo, é pior até do que o populismo, mas coincide muito com certas vocações populistas. Quer dizer, no fundo o simplismo é autoritário.
- O simplista é aquele que diz: como vou falar a essa gente que não é capaz de me entender? Então ele fala meias verdades, quartos de verdade, não são nem meias verdades, são pitadas de verdades.
- Em Cabral a gente vê o contrário disso, o que Cabral faz é buscar, com simplicidade, falar do concreto seriamente” (Freire, *Ibid.*, p. 15).

7. Continuar Cabral e outros pedagogos da emancipação dos povos!

- Como sustentava Cabral, a libertação nacional, como ato de cultura e de negação da subjugação de qualquer espécie, não termina com a proclamação da Independência Nacional, com o termo formal do colonialismo.
- Ele alertava para o enorme desafio de, após a Independência, se prosseguir o processo libertador, no quadro de uma “luta do povo, pelo povo e para o povo” que implicaria o “suicídio como classe” das elites pequeno-burguesas, esconjurando a sina do *emburguesamento*, para poderem continuar ao serviço dos respetivos povos. Infelizmente, o “sequestro” de grande parte dos estados pós-coloniais por elites alinhadas com interesses hegemónicos, numa postura de traição às aspirações dos respetivos povos, constitui uma realidade, que é necessário denunciar e contrariar, nomeadamente pela “conscientização” do povo, pela assunção pelo povo do sentido profundo da democracia, inseparável da soberania popular. A educação, pela sua natureza libertária (visa, antes de mais, a libertação da ignorância), *conscientizadora* (visa formar um ser reflexivo, capaz de discernir, diferir e optar) e emancipadora (visa formar um sujeito livre de todas as formas de subjugação humana), é uma das vias mais eficazes para continuar o pensamento e a obra de Cabral e de todos os que abraçam o ideário de progresso para todos.

Para isso, é preciso reagir ao silenciamento de Cabral (e não só) nas academias



Sónia Borges, mestre em História de África pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, está a viver na capital alemã, Berlim, a preparar a sua tese de doutoramento sobre História da Educação, centrado no tema “A luta de libertação enquanto prática educativa no PAIGC entre 1956-1974”.

Sónia Borges ainda se lembra da primeira imagem que viu de Amílcar Cabral. Foi numa aula do 12º ano, em Portugal. No livro de História, as referências ao líder do PAIGC eram poucas.

"Havia apenas uma fotografia de Amílcar Cabral nas margens do livro, na parte em que se abordava a guerra colonial", conta.

"No final da licenciatura, o trabalho que apresentei foi o impacto do pensamento de Amílcar Cabral para o 25 de Abril de 1974. E o meu professor disse-me que isso não fazia parte da História de Portugal. Eu insisti e continuei a estudar este tema".

<http://www.dw.com/pt/para-amílcar-cabral-a-educação-era-a-principal-arma-da-libertação/a-18200807>

O desafio de “Continuar Cabral” em Cabo Verde e não só!

Em Cabo Verde, após a fortíssima onda cabralista do período que se sucedeu ao golpe de Estado de 25 de Abril em Portugal e se prolongou, com maior ou menor consequência até ao início da década de 1990, assistiu-se a algumas tentativas mais ou menos subtis de apagamento do fundador da Nacionalidade na história de Cabo Verde e de minimização da atualidade e validade do seu legado político.

O interesse pelo pensamento e a obra de Cabral chegou a ser minimizado e relegado para segundo plano, na década de 1990, em virtude das tendências neoliberais na governação do país e da passagem à oposição do PAICV (de inspiração cabralista). Assiste-se a um quase silenciamento de Cabral no discurso político e nos currículos escolares.

No entanto, mesmo nesse período cedo se deu conta que essa postura não era correta, tendo havido alguma correção do posicionamento em relação ao legado de Cabral e à relevância da luta de libertação nacional.

Para que o pensamento e a obra de Amílcar Cabral não fossem abandonados contribuíram tanto o prestígio internacional desse pensador e revolucionário como o empenhamento de algumas instituições, como a Fundação Amílcar Cabral, a Associação dos Combatentes da Liberdade da Pátria, felizmente com significativo apoio de intelectuais progressistas do mundo inteiro.

Seja como for, no seio dos mais jovens, a obra de Cabral é pouco conhecida. É frequente a importação e a reprodução de discursos alegadamente inovadores, produzidos no Norte, quando sobre as mesmas temáticas Cabral já se pronunciara de forma eloquente, sem que sua obra seja referenciada.

Para reverter este quadro, a Universidade de Cabo Verde criou, em 2013, a Cátedra Amílcar Cabral, que tem vindo a desenvolver projetos de pesquisa, publicações, eventos académicos e atividades de extensão de relevante interesse.

Na linha de outras iniciativas académicas, como os dois simpósios internacionais sobre a obra de Amílcar Cabral realizados em Cabo Verde, tendo por resultados duas relevantes obras científicas, destacamos o projeto de investigação ***“IMPLICAÇÕES PSICOPEDAGÓGICAS DO PENSAMENTO E DA PRÁXIS DE LIBERTAÇÃO NACIONAL DE AMÍLCAR CABRAL: CONTRIBUIÇÕES PARA A METODÓLOGIA DE ENSINO”***, que pretende aprofundar o conhecimento científico sobre a obra de Cabral no campo da educação. Encontrando-se na fase de mobilização de recursos e de arranque, o projeto envolve pesquisadores da UFPA, da Uni-CV e de outras universidades.



- Na verdade, a aposta na educação – numa educação emancipadora e ao serviço do desenvolvimento sustentável e do progresso social – é, seguramente, a via por excelência para “continuar Cabral”.
- Cabo Verde está a trilhar esse caminho e, embora tenha de investir muito mais na qualidade da educação, “é considerado pelas Nações Unidas um caso de sucesso na África Subsaariana”. No domínio da educação (mas não só na educação), “o país atinge todos os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM)”

In <http://www.dw.com/pt/cabo-verde-cumpre-todos-os-objectivos-da-onu-na-área-da-educação/a-18746556>

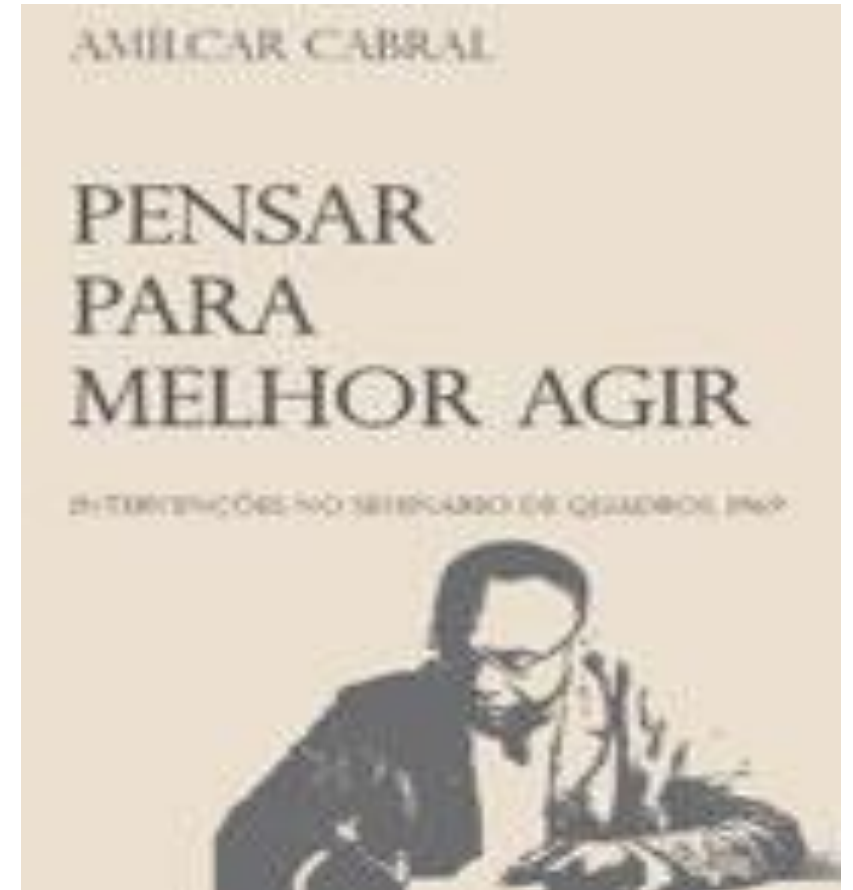
Concluindo,

- O principal arquiteto da Independência da Guiné e Cabo Verde atribuía grande relevância à arma do conhecimento para a compreensão e a transformação da realidade política, social e cultural dos dois povos, no quadro de uma luta de libertação que, iniciada em 1956, não culminaria com a mera proclamação formal da Independência, mas deveria prosseguir com vista à plena emancipação do homem, com a remoção de todos os obstáculos ao seu livre desabrochar e desenvolvimento.

- Consequentemente, Cabral não só empreendeu uma importante ação educativa e formativa, como se baseou nas armas da teoria, da educação e da cultura para potenciar o sucesso da gesta libertadora e criar uma vida nova na sociedade que ia sendo libertada do jugo colonial.
- Não satisfeito com a mera garantia do acesso à educação, Cabral almejava e, de modo coerente, defendia a melhoria do trabalho nas escolas, ciente de que a tarefa da educação não é responsabilidade exclusiva destas. Outrossim, defendia um paradigma educacional impregnado de profundo humanismo, assente nos valores da cultura nacional, mas aberto à cultura universal e ao conhecimento científico.

- Não sendo Cabral um especialista das Ciências da Educação, suas contribuições em matéria da educação devem ser analisadas tendo em conta o contexto da sua época e os conditionalismos próprios de uma luta de libertação. Todavia, as opções por ele defendidas no campo educativo continuam, de um modo geral, de manifesta pertinência, mormente quando se constata que, na falta de dominação colonialista clássica, os povos fazem face a novas e subtis formas ou tentativas de subjugação e domínio, através da educação.
- Hoje, como no passado, a educação não é “um empreendimento neutro” (Apple, 1999, p. 21), nem a escola é um “espelho passivo” (Ibid., p. 80), A educação continua, assim, a ser terreno de controvérsias e lutas, envolvendo, de um lado, os que dela procuram servir-se para a consecução de propósitos de dominação e, de outro lado, os que a encaram na perspectiva da emancipação e da promoção integral do homem. Estes últimos encontram nas ideias de Amílcar Cabral, como nas de Paulo Freire, entre outros, fonte de inspiração e encorajamento.

O pensamento de Cabral não é um dogma, mas um referencial de estudo, posto que, como ele recomendava, é necessário “pensar para melhor agir e agir para melhor pensar” os problemas que afetam os nossos povos e contribuir para o seu incessante progresso.



Referências bibliográficas

- ANDRADE, M. (1984). A dimensão Cultural na Estratégia da libertação Nacional: Identidade, poder cultural e democracia. In *Continuar Cabral. Simpósio Internacional Amílcar Cabral – Cabo Verde, 17 a 20 de Janeiro de 1983*. Praia: GRAFEDITO, pp. 271-292.
- APPLE, M. (1999). *Ideologia e Currículo*. Porto: Porto Editora.
- BOAL, L. (2014). **Lilica Boal, a eterna diretora da Escola-Piloto do PAIGC**
- CABRAL, A. (1999) *Nacionalismo e Cultura*: Galiza: Edicións Laiovento.
- CABRAL, A. (1979). *Análise de alguns tipos de resistência*. Bolama: Imprensa Nacional.
- CABRAL, A. (1978). *Unidade e Luta. A arma da teoria*, Lisboa: Seara Nova.
- Cabral, Amílcar (1976). *Obras Escolhidas. Unidade e Luta*”. Vol. I. Lisboa: Seara Nova.
- CABRAL, A. (1974a). *Guiné-Bissau. Nação africana forjada na luta*. Lisboa: Publicações Nova Aurora.

- CABRAL, A. (1974b). *P.A.I.G.C. Unidade e Luta*. Lisboa: Publicações Nova Aurora.
- CABRAL, A. (1972). O papel da cultura na luta pela independência. In *Textos Políticos de Amílcar Cabral*. Lisboa: Distribuidora Livraria Ler, pp. 46-52.
- CABRAL, A. (1969). Decididos a resistir (Extracto de entrevista concedida à revista “Tricontinental, nº 1, 1969” In *Textos Políticos de Amílcar Cabral*. Lisboa: Distribuidora Livraria Ler, p. 31.
- CABRAL, A. (1956). Recenseamento Agrícola da Guiné. Estimativa em 1953. In *Boletim cultural da Guiné portuguesa - Vol. XI, nº 43 (1956)*, pp.7-243.
- CABRAL, L. (1984). *Crónica da Libertação*. Lisboa: Edições “O Jornal”.
- CHABAL, Patrick (2002). “Amílcar Cabral: revolutionary leadership and people’s war”. London: Hurst & Company.

- FREIRE, P. (2008). *Pedagogia da esperança. Um encontro com a Pedagogia do oprimido*. São Paulo: Editora Paz e Terra S/A, 10ª edição.
- FREIRE, P. (2008). *Amílcar Cabral, o pedagogo da revolução*. Brasília: Universidade de Brasília (Organizado por Laura Maria Coutinho e outros, com base numa Palestra gravada de Paulo Freire no Curso de Mestrado da Faculdade de Educação Universidade de Brasília, em 8 de Novembro de 1985).
- SITOIE, R. M. (2006). Aprendizagem ao Longo da Vida: Um conceito utópico? In *Comportamento organizacional e gestão*, 2006, Vol. 12, N.º 2, pp. 283-290.
- KALLEN, D. (1996). Aprendizagem ao longo da vida em retrospectiva. In *Revista Europeia de Formação Profissional*, 8/9, pp. 16-22.
- NAÇÕES UNIDAS: Declaração do Milénio. Nova Iorque - Resolução A/RES/55/2, de 8 de Setembro de 2000 Disponível em http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/declaracao_milenio_nacoes_unidas.pdf.
- PACHECO, J.A. (2011). *Discursos e lugares das competências em contextos de educação e formação*. Porto: Porto Editora

- PEREIRA, A. (2002). *Uma luta, um partido, dois países*. Lisboa: Editorial Notícias.
- RIBEIRO, V.M (2007). Alfabetismo funcional: Referências conceituais e metodológicas para a pesquisa. In *Educação & Sociedade*, ano XVIII, nº 60, dezembro/97, pp. 144-158.
- VARELA, B. (2013). A educação, o conhecimento e a cultura na práxis de libertação nacional de Amílcar Cabral. In *Revista Desafios*, nº I. Praia: Cátedra Amílcar Cabral, pp. 113-132
- **Referência legislativa**
- CONSTITUIÇÃO DE CABO VERDE de 1992 – Lei de revisão constitucional nº 1/VII/2010, de 3 de Maio. Praia: Boletim Oficial I Série, nº 17.

Bartolomeu L. Varela
Universidade de Cabo Verde

Telefs.:

00238 2647689 (resid.); 00238 9929107 (telem.)

E-mail:

bartolomeuv@gmail.com

Páginas pessoais:

<http://bartvarela.wordpress.com>

<http://unicv.academia.edu/BartolomeuVarela>

<http://professorvarela.blogspot.com>

<http://excelenciaeducativa.blogs.sapo.cv>

http://www.researchgate.net/profile/Bartolomeu_Varela